

CADE em 10/4/2019: CSCs e situação financeira da Unesp foram temas centrais

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do **Chapão Sintunesp/Associações**, este boletim traz um relato sobre as discussões feitas na última reunião CADE, em 10/4/2019. A exemplo do que havia ocorrida na reunião passada, em 13/3, também agora a maior parte do tempo foi dedicado à discussão sobre a proposta de criação dos Centros de Serviços Compartilhados (CSCs) na Unesp, que são parte da reforma administrativa que a reitoria tenta aprovar.

Inicialmente, o professor José Roberto Ruggiero, da equipe de Orçamento e Finanças da Unesp, apresentou os resultados do estudo atuarial realizado pela empresa Aditus Consultoria Financeira. Trata-se de um cálculo atuarial referente às aposentadorias e melhores possibilidades de entradas na Universidade. Segundo o estudo, o passivo atuarial líquido, levando em conta a possibilidade de aposentadorias (1ª elegibilidade), está assim: 2018 (46,4%); 2027 (57,3%); 2035 (51,4%); 2047 (31,0%). Estes números partem do pressuposto de não haver reposições de servidores. Ao projetar o cenário com novas entradas, o estudo considerou que os salários de ingressantes são significativamente menores do que os que deixam o quadro.

Os representantes do **Chapão** fizeram diversos questionamentos e o Prof. Ruggiero disse que os dados apresentados pela empresa consideram os valores atuais de folha de pagamento, mais o crescimento vegetativo. Disse, ainda, que a conclusão da empresa faz referência ao cenário que implica menor passivo no futuro (2047), mas acrescentou que sua preocupação maior é com o presente e com o futuro imediato, em razão da situação difícil em que a Universidade se encontra.

Houve também comentários de que o estudo projeta para o futuro (2035) um cenário muito pior do que o de hoje, e questionamento se a equipe já se debruçou sobre o estudo para buscar soluções para o que foi projetado. O Prof. Ruggiero disse que, quando se introduz a variável econômica, há impacto das evoluções salariais. Salientou que vivemos uma situação extrema e que precisamos convencer o governo de que a Unesp precisa de socorro sistemático, seja pelo crescimento da atividade econômica (o que faz aumentar os repasses do ICMS), seja pelo crescimento do percentual de repasse. Ele destaca que, havendo aumento da atividade econômica, esse crescimento deverá ser todo car-

reado para o combate à Insuficiência Financeira (a diferença entre o que a Universidade arrecada com contribuições previdenciárias e o que paga em aposentadorias e pensões).

Questionado por membros do **Chapão**, o Prof. Ruggiero disse que a apresentação não foi feita pela própria empresa em razão de dificuldade de agenda e informou que nos valores apresentados estão considerados todos os direitos constitucionais, como, por exemplo, abono de permanência. O estudo leva em conta os valores da folha salarial em sua totalidade e projeta o cenário com servidores (docentes e técnico-administrativos) se aposentando com sete quinquênios.

Execução orçamentária

O assessor Rogério Buccelli apresentou dados da execução orçamentária no primeiro trimestre do ano, e informou que a Universidade fechou o mês de março com um caixa de R\$ 166,5 milhões. Relatou que, conforme reivindicado por Sintunesp e Adunesp, foi aberta uma conta bancária específica para recursos destinados a provisionamento do 13º salário.

Buccelli avalia que podemos chegar ao final do ano com uma frustração de R\$ 62 milhões em relação ao que foi previsto no orçamento de 2019, situação que já inclui o valor de R\$ 130 milhões de antecipação do repasse de ICMS, destinados ao pagamento do 13º salário de 2018.

Questionado sobre medidas que poderiam impactar o resultado financeiro da Universidade, o assessor opinou que o grande problema da Unesp é a Insuficiência Financeira gerada pelo pagamento de inativos. Disse que somente neste primeiro trimestre foram protocolados 55 pedidos de aposentadoria de docentes e 116 de técnicos-administrativos. Salientou que quaisquer outras medidas teriam impacto positivo muito pequeno.

Representantes do **Chapão** perguntaram se não é ilusório colocar os valores da participação dos servidores no plano de saúde como receita própria. Disseram que temos expectativa de que a receita própria se realize e lembraram que no orçamento de 2019 há uma rubrica destinando R\$ 2 milhões de receita própria para a carreira dos





servidores técnico-administrativos. Por fim, perguntaram qual é a expectativa de crescimento da receita própria e manifestaram preocupação com a possibilidade de não haver crescimento da atividade econômica, cujo efeito principal seria a ausência de recursos para o 13º salário em 2019.

Respondendo a estes questionamentos, Buccelli disse que a receita própria do plano de saúde sempre apareceu no orçamento, porém, de alguns anos para cá esse valor está destacado na peça orçamentária. Disse que, se existe participação do usuário, esse valor tem que aparecer como receita própria.

O assessor disse que a receita própria da Universidade é constituída de TCDU e receita financeira, referente a resultados de aplicação em fundos de renda fixa (R\$ 200 milhões aplicados), além de outras fontes menores. Disse que, além dos recursos que provêm do ICMS, precisamos gerar receitas, mas que jamais podemos pensar que a receita gerada nas unidades irá cobrir nossas necessidades financeiras. Relativamente ao pagamento de 13º salário de 2019, disse que, se não houver crédito suplementar, a situação de 2018 se repetirá. Afirmou, no entanto, que o salário de dezembro está garantido. Disse que não é fácil reivindicar ao governo qualquer coisa além dos 2,34% (percentual do ICMS cota-parte do Estado, destinado à Unesp).

Centros de Serviços Compartilhados

O presidente do CADE, Prof. Büll, disse que, após muita discussão sobre o assunto, a reitoria optou por apresentar o conceito e buscar sua aprovação, deixando para uma próxima etapa a definição de estrutura dos CSCs. Para isso, foi elaborada uma “minuta de resolução” (que acompanha este boletim), com o objetivo de autorizar as unidades universitárias “a se reorganizar administrativamente em Centros de Serviços Compartilhados, enquanto a proposta de Reforma Administrativa permanece em fase de recebimento de sugestões, para posterior discussão junto aos órgãos colegiados competentes.”

O tema gerou muitas intervenções e questionamentos. Ao final, a minuta não foi votada e permanece o prazo de 30/4 para envio de sugestões sobre a proposta da reitoria para a reforma administrativa.

O Prof. Büll relatou a existência de várias dificuldades no debate. Comentou que houve reunião com as direções de Botucatu e de Bauru para falar sobre projeto piloto de CSC a ser implantado nestes *campi*. As direções de Araçatuba não quiseram a reunião. Houve conversas também com Araçatuba e Rio Claro.

O presidente do CADE disse que houve questionamentos do porquê da escolha das áreas de RH e Materiais para a implantação dos pilotos. Respondendo a este questionamento, informou que a razão é pelo estágio de desenvolvimento geral dessas áreas.

Büll opinou que a assinatura do Termo de Compromisso com o governo do estado “atrapalhou o andamento

das coisas na Universidade”. Disse que o reitor não buscou somente antecipação de receitas para pagar o 13º ao assinar o Termo, mas que havia também a preocupação em garantir que USP e Unicamp não iriam também pedir antecipação. Como já havia dito em outras ocasiões, Büll frisou que está sendo discutido um “caminho interessante” para um alívio nos problemas financeiros da Universidade, que pode ser divulgado pelo reitor em breve.

Sobre as acusações de que o Termo de Compromisso já dava como “favas contadas” a reforma administrativa e que a Universidade estaria abrindo mão de sua autonomia, disse não concordar. Segundo ele, o Termo de Compromisso “é claro em respeitar a autonomia e em nenhuma ocasião houve condição de subordinação e submissão ao governo do estado”.

Büll frisou que até 15 de maio terá que mostrar ao governo que as coisas estão andando na Universidade, mas não necessariamente ter tudo pronto. Disse lamentar a forma como o Termo veio à tona, pois pareceu que o reitor estava escondendo as tratativas e isso dificultou não só o entendimento, como as negociações para implantação das mudanças necessárias.

O presidente do CADE falou da intenção de se implantar pilotos de CSC e citou particularidades dos campi com mais de uma unidade, sendo que já há inclusive experiências de serviços compartilhados, como, por exemplo, Rio Claro. Disse que os CSC serão vinculados, mas não subordinados à reitoria. Lembrando que o objetivo dos CSCs é a padronização de rotinas, Büll falou das coordenadorias existentes na reitoria, cujo papel é de dar as diretrizes para o funcionamento das áreas e proporcionar a padronização das rotinas. Por fim, alegou que o CSC não tira o papel das unidades.

Intervindo neste debate, o Prof. Pasqual Barreti disse estar entusiasmado com relação ao conceito de CSC e com o fato de o tema ter ganho protagonismo em relação à reforma administrativa como um todo. Disse que na reunião do Fórum de Diretores foram atropelados pelo vazamento do Termo de Compromisso, que praticamente inviabilizou qualquer votação. Disse que em Botucatu estão entusiasmados com a possibilidade de instalar piloto. No entanto, opinou ser prematuro discutir uma minuta de resolução agora e propôs que o CADE deveria aprovar o início dos estudos para a implantação dos pilotos nas unidades complexas, sem no entanto aprovar a minuta de resolução. Em sua opinião, a minuta não acrescenta nada e o assunto não está totalmente absorvido pelos diretores e pela comunidade em geral.

Os representantes do **Chapão** fizeram várias manifestações contrárias à votação da minuta de resolução para autorizar a criação dos CSCs. Disseram que a reitoria estava “atropelando” a discussão ao tentar aprovar a minuta antes de conhecer as propostas encaminhadas pela comunidade. Também reforçaram a preocupação com o conteúdo do Termo de Compromisso com o governo do estado, em que está implícita a perda da autonomia da Universidade.



Os conselheiros também defenderam que todas as discussões devem passar pelas congregações das unidades afetadas e solicitaram que a resolução deixe claro quem será o responsável pelos CSCs. Enfatizaram o prazo de 30 de abril para o envio de propostas e cobraram que elas sejam encaminhadas aos conselheiros. Eles lembraram que na Universidade do Porto (Portugal), citada como exemplo pela Unesp, levou 11 anos até se tornar realidade.

Os representantes do **Chapão** também destacaram que o momento não é favorável à aprovação de propostas como essa, pois sequer estamos recebendo os devidos reajustes salariais, como o calote dos 3% em 2016. Eles lembraram também a necessidade de discutir a falta de pessoal (subquadro) e que muitos departamentos se ressentem com a falta de docentes.

Quanto à fala do Prof. Barreti, os conselheiros disseram ter ficado com a impressão de que o Fórum de Diretores está assumindo uma proporção descabida. Citaram a fragilidade do documento proposto para discussão, o que contribui ainda mais para aumentar a insegurança nos servidores técnico-administrativos.

Em resposta, o Prof. Büll afirmou que não está atropelando nada e repetiu diversas vezes essa expressão. Disse que teremos o tempo necessário para pensar sobre o assunto e votar a melhor medida possível.

Outros pontos

Erro na ata: Conselheiros do **Chapão** solicitaram correção de dados na ata da reunião de 13/3, na qual constou que o prazo para encaminhamento de sugestões sobre a reforma administrativa é 28/4. No entanto, o prazo correto é 30/04.

Visita da Unicamp: O presidente do CADE, Prof. Büll, deu informes sobre visita de um grupo de trabalho da Unicamp, que veio conhecer o projeto de CSC da Unesp. Büll citou a similaridade de propostas para solução dos problemas administrativos nas três universidades.

Controle interno: O Prof. Büll informou que, em 11/04/2019, aconteceria a primeira reunião sobre o assunto (CSCs) com os controladores de todas as unidades, equipes de gestão e diretores de unidades que queiram conhecer. Disse que a função de controlador é obrigatoriedade legal.

Renegociação do contrato de rede ótica: A negociação resultou em duplicar a banda de Internet da Universidade, basicamente pelo preço do contrato anterior.

Absenteísmo: Pelo oitavo ano consecutivo, a Unesp reduziu o absenteísmo (faltas) por doenças. Em 2018, esse índice foi 2,4% abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Representantes do **Chapão** ressaltaram a importância do tema da saúde mental na Universidade,

especialmente pelo fato de que muitos deles são decorrentes das condições de trabalho. O Prof. Pasqual Barreti concordou, citando os casos de suicídio, depressão etc. Ele disse que o problema maior reside na ausência de profissionais da área para atuar junto aos servidores, uma vez que os salários na Unesp são muito baixos e isso dificulta a contratação de médicos.

Necessidades especiais: No dia 18/3, a PROPEG (em ação conjunta com PROGRAD e CGP), recebeu alunos autodeclarados com necessidades especiais. Pela primeira vez, os alunos com deficiências auditivas têm tradutores de libras.

Transmissão pela TV: Respondendo a questionamento feito anteriormente por representantes do **Chapão**, o Prof. Büll disse que não há condições de assumir o custo da transmissão das reuniões do CADE pela TV Unesp e que somente o CO continuará tendo esse serviço.

Contratação de servidores: Respondendo a questionamentos anteriores feitos por membros do **Chapão**, sobre a contratação de servidores, o Prof. Büll disse que o problema será discutido após o pagamento da segunda parcela do 13º salário de 2018, em maio.

Energia elétrica – Mercado Livre: O assunto será objeto de discussão no Fórum de Diretores. Büll disse que eventuais economias serão alocadas em fundo específico. Respondendo a questionamentos dos representantes do **Chapão**, o presidente do CADE informou que os contratos não vencem todos na mesma data e que haverá um tempo de até dois anos para migração. A expectativa é de economia de R\$ 5 milhões, que serão destinados a um fundo voltado a estudos e implantação de ações referentes a eficiência energética.

HC: O Prof. Pasqual Barreti disse que a autarquização do hospital da Unesp em Botucatu resultou em investimento de R\$ 100 milhões na unidade.

Carreira: Representantes do **Chapão** falaram sobre a Comissão de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, destacando que houve avanços na discussão e manifestando o desejo dos servidores de que a promoção por escolaridade seja retomada no início do 2º semestre de 2019.

Servidores de fundações, Insalubridade e CCIs: Membros do **Chapão** manifestaram preocupação com possíveis cortes de servidores de fundações que prestam serviços à Universidade. Pediram informações sobre o andamento dos processos de insalubridade que foram encaminhados ao Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME). Abordaram, por fim, os rumores sobre fechamento de CCIs. Para estes três pontos, não houve retorno na reunião.